

SISTEMAS DEFENSIVOS PROTO-HISTÓRICOS DE TRÁS-OS-MONTES OCIDENTAL (NORTE DE PORTUGAL)¹ *

TRAS-OS-MONTES OCCIDENTAL'S DEFENSIVE PROTO-HISTORICAL SYSTEMS (NORTH OF PORTUGAL)

JOÃO MÁRIO MARTINS DA FONTE

Laboratorio de Arqueoloxía da Paisaxe, Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento
(CSIC-Xunta de Galicia)
joao.fonte@iegps.csic.es

Resumo

O texto pretende contribuir para uma reflexão e discussão em torno dos sistemas defensivos, particularmente em relação às muralhas, de Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal), que serão relacionadas a um tipo específico de actividade produtiva e interpretadas enquanto elementos de distinção social das comunidades que habitavam nesta área na proto-história.

Palavras-Chave

Sistemas defensivos, Muralhas, Castros, II Idade do Ferro, Trás-os-Montes Ocidental.

Abstract

The text seeks to discuss the defensive systems, particularly in relation to the ramparts of Western Trás-os-Montes (North of Portugal), which will be related to a specific type of productive activity and interpreted as elements of social distinction of the communities that lived in this area in protohistory.

Keywords

Defensive systems, Ramparts, Hillforts, Late Iron Age, Western Trás-os-Montes.

¹ Entregado a la revista el 10 de marzo de 2008.

* Agradecem-se os comentários e sugestões de César Parcero Oubiña, Alfredo González Ruibal, Xurxo Ayán Vila, Francisco Javier González García, Ines Sastre Prats e Francisco Sande Lemos.

1. A GUERRA NA PROTO-HISTÓRIA

Quando falamos de guerra na Proto-História, em princípio pensamos em formas organizadas de luta entre distintos grupos, que podem ir de comunidades vizinhas, a unidades mais amplas (Ruiz Zapatero 2003). Os elementos mais visíveis no registo arqueológico relacionados com a guerra na Proto-História são as defesas dos povoados, que podem ser naturais e/ou artificiais, e também as armas. A própria filologia antiga, bem como a arte rupestre e os autores latinos corroboram uma ideologia e simbologia guerreira, ainda que seja num ambiente de “paz armada”.

Na Segunda Idade do Ferro, a partir do século IV a.C., os sentimentos comunitários incrementam-se, assim como o processo de territorialização das comunidades, o que provocou um incremento potencial do conflito e das desigualdades sociais e diferenças regionais. Este processo intensifica-se a partir do século II a.C. com a emergência dos *oppida*, grandes povoados fortificados com funções de lugar central. A conquista romana suporá, desde finais do século I a.C., a criação de uma nova identidade, embora este processo não se desenvolva de forma simples e imediata, advertindo-se claras diferenças regionais. É provável que a progressiva hierarquização e o papel central do bélico que se adverte nas comunidades do Noroeste particularmente a partir do século II a.C. possam estar bastante relacionados com a pressão do imperialismo romano (González Ruibal 2006-07).

Estrabão (3, 3, 5) quando se refere aos Lusitanos, embora tal descrição se possa também relacionar com os Galaicos face à confrontação com a iconografia das estátuas de guerreiros galaicos, afirma que *“Usam um pequeno escudo de dois pés de diâmetro, côncavo para diante, que é preso ao corpo por correias de couro, porque não tem braçadeiras nem asas, e usam também um punhal ou um gládio. A maior parte dos guerreiros veste couraças de linho, e apenas alguns cotas de malha e capacete de tríplice cimeira, mas em geral usam elmos de nervos. Os peões calçam polainas de couro e estão armados com lanças de ponta de bronze”*.

Será interessante introduzirem-se os conceitos de Clastres (2001) de sociedades guerreiras e de sociedades com guerreiros. A sociedade do Bronze Final, tendo em conta o constante aparecimento de armas metálicas e a sua representação em arte rupestre, poderia caracterizar-se como uma sociedade com guerreiros, ou seja, “uma sociedade em que, embora todos os homens façam de tempo a tempo a guerra, um certo número deles estão constantemente envolvidos em expedições guerreiras, ainda que a sua tribo se encontre num clima de paz relativa com os seus vizinhos, fazem a guerra por sua própria conta e não para responder a um imperativo colectivo”. Por outro lado, na I Idade do Ferro poderá constatar-se a existência de uma sociedade guerreira, com um sentido mais comunitário, ou seja, “aquela em

que todos os homens são guerreiros potenciais porque o estado de guerra é permanente e são guerreiros efectivos quando se desencadeia o conflito armado. E é justamente porque a totalidade dos homens está sempre preparada para a guerra que não se pode diferenciar, no seio da comunidade masculina, um grupo mais guerreiro que outro: a relação com a guerra é igual para todos”. Na passagem da I Idade do Ferro para a II Idade do Ferro e, sobretudo, no final desta última etapa, fundamentalmente a partir do século II a.C. e em particular na zona meridional do Noroeste, surgem os *oppida*, nos quais se documentam diferenças sociais entre os seus habitantes que se plasmam, por exemplo, na plástica decorativa associada a indivíduos que certamente ocupavam uma posição privilegiada. Documentam-se também estátuas de guerreiros galaicos que, muito provavelmente, representavam de forma idealizada, divinizada ou entronizada a essa elite. Desta forma, tudo parece indicar que a partir da II Idade do Ferro, e em particular na sua etapa final e na zona meridional do Noroeste, passa-se de uma sociedade guerreira para uma sociedade com guerreiros, o que também se poderá ter consubstanciado na definitiva monumentalização das muralhas.

2. AS MURALHAS DA II IDADE DO FERRO DE TRÁS-OS-MONTES OCCIDENTAL

Os castros do Bronze Final/Ferro Inicial implantavam-se em locais bastante proeminentes e inacessíveis, defendidos naturalmente, embora já com defesas artificiais, e com uma ampla visibilidade para o entorno. Existe apenas uma modificação relativa do espaço pré-existente, produzindo-se uma coincidência entre a extensão do assentamento e a superfície da forma orográfica na qual se implanta. Há uma adaptação dos povoados ao espaço natural seleccionado (Parcero Oubiña 2002).

Por sua vez, os castros da II Idade do Ferro passaram a situar-se em pleno vale, visando uma maior proximidade aos melhores terrenos agrícolas, tendo como desvantagem a diminuição das condições naturais de defesa, dada a sua localização em sítios de menor pendente e com uma posição menos dominante na paisagem, pelo que as defesas artificiais são reforçadas. Há uma modificação significativa do terreno, sendo que agora há uma adaptação do espaço natural aos povoados (Parcero Oubiña 2002).

A partir do século II a.C. tem lugar um processo de “oppidização” (González Ruibal 2006-07). Estes *oppida* apresentam, em geral, condições de implantação semelhantes aos castros do Bronze Final/Ferro Inicial, embora já com um maior aparato construtivo. A conquista romana do Noroeste Peninsular não supôs, pelo

menos numa primeira fase, transformações repentinas na paisagem, pelo que muitos castros se mantiveram. Só a partir do século I d.C. é que a paisagem do Noroeste começa a sofrer profundas alterações com a instalação de novos assentamentos e o abandono de muitos castros. O século II d.C. marca o triunfo definitivo do novo modo de vida e de produção.

As fortificações do Bronze Final/I Idade do Ferro são eminentemente funcionais, uma vez que o objectivo principal não é erigir estruturas visualmente imponentes mas sim prioritariamente eficazes, visando a defesa e inacessibilidade dos sítios (Parcero Oubiña 2005). Pelo contrário, as fortificações da II Idade do Ferro supõem a imposição de uma monumentalidade claramente definida, já que agora se produz um maior investimento e uma maior alteração do espaço (Parcero Oubiña 2005). Na etapa final da Idade do Ferro, com a selecção de locais novamente proeminentes e destacados, as fortificações parecem ter um sentido mais estético e simbólico que propriamente funcional e defensivo, acentuando a posição dominante dos povoados. É igualmente neste período que se desenvolvem outras formas de monumentalidade associadas aos *oppida* como as estátuas de guerreiros galaicos, que de novo são elementos escassamente funcionais, estando mais directamente relacionadas com a evocação do conflito e da guerra (Parcero Oubiña 2005). É possível que se tratem de representações entronizadas e idealizadas de aristocratas guerreiros com um carácter apotropaico, que simbolicamente protegiam a entrada dos povoados, ao mesmo tempo que ostentavam o poder da elite dominante (González Ruibal 2006-07).

Poderá tratar-se de uma monumentalidade de tradição, com a perpetuação e realce de determinadas formas culturais precedentes relacionadas com o conflito e a guerra e, como veremos mais à frente, a própria fundação dos *oppida* poderá estar também relacionada com uma apropriação de determinados elementos do passado, carregados de simbolismo e de memória (Parcero Oubiña 2005; González Ruibal 2006-07).

Durante a II Idade do Ferro, com a conquista do vale e a mudança no tipo de implantação dos castros, advertem-se importantes modificações na morfologia dos povoados, particularmente no que refere às defesas e obras colectivas por um lado, e por outro ao crescimento dos povoados, pelo que os castros da II Idade do Ferro têm um aspecto claramente diferente aos da I Idade do Ferro. Produz-se um incremento bastante significativo dos recintos defensivos e da sua monumentalidade, uma vez que perdem condições naturais de defesa. Há um maior vínculo entre a comunidade e o território e a necessidade de defendê-lo. É também provável que se tenha incrementado o conflito intercomunitário.

A proliferação de elementos defensivos, como muralhas e fossos, tornaram o acesso aos castros mais complicado, além de ter provocado um maior isolamento da comunidade em relação às restantes.

É particularmente interessante o ênfase que se dá a uma parte concreta do castro: a porta. Por um lado, trata-se de dificultar o acesso ao povoado, e por outro monumentaliza-se a zona mais frontal e acessível. Deverá também ponderar-se a hipótese de os elementos que aparecem muitas vezes depositados nas entradas dos castros terem um significado votivo e também apotropaico.

No que refere às defesas, generalizam-se na II Idade do Ferro potentes muralhas. González Ruibal (2006-07) subdivide as muralhas em quatro tipos principais: de pedra maciça (que podem ser em aparelho monumental ou em aparelho de mamposteria de pequeno e médio tamanho); de paramento duplo com interior preenchido com terra, pedras ou cascalho; terraplanadas; e de terra exclusivamente.

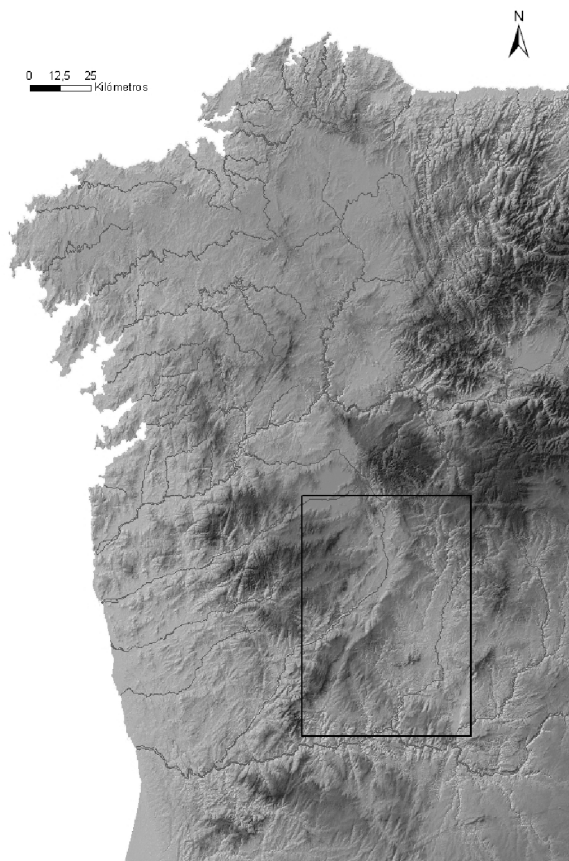


Figura 1: Pormenor da área de estudo no contexto do Noroeste Peninsular.

Interessam-nos, para este caso concreto, as muralhas de pedra maciça de aparelho monumental, bastante comuns em Trás-os-Montes Ocidental, no Norte de Portugal, embora existam alguns exemplos quase isolados na zona litoral, como nos Castros de Sabroso e Roriz (não será por acaso que estes povoados se encontram bem comunicados com o interior através dos vales do Ave e Cávado respectivamente) e na Província de Ourense, no sul da Galiza, visíveis em castros como San Cibrán de Las ou Saceda, entre muitos outros. Desta forma, este tipo de muralha tem uma clara distribuição regional.



Figura 2: Pormenor da muralha e entrada em rampa do Castro de Saceda (Cualedro, Ourense).

Ostentam uma estrutura, muitas vezes com uma ligeira inclinação, em pedra maciça picada, assente em seco e com dupla face em aparelho poligonal, rectangular ou quadrangular e, ocasionalmente, apresentam tendência para o aparelho helicoidal, como no Castro de São Vicente da Chã (freguesia da Chã, concelho de Montalegre), com uma marcada cenografia arquitectónica, particularmente visível na face externa. O interior também é preenchido com pedras de medianas dimensões,

embora não tão bem esquadriadas como as pedras que se encontram nas faces, daí que os derrubes sejam em grande quantidade. Em determinados locais, particularmente na base da estrutura, foram colocados blocos de grandes dimensões de forma a proporcionar maior solidez. Há também casos em que as muralhas são construídas em socalco, como no Castro Vamba (freguesia de Vilarelho da Raia, concelho de Chaves). As larguras e as alturas das muralhas são bastante variáveis, mas normalmente são de grandes dimensões e monumentais. Diferentes tipos de aparelho poderão eventualmente indicar diferentes etapas construtivas, uma vez que se notam claras diferenças entre as muralhas do Bronze Final/Ferro I, Ferro II e fase final da II Idade do Ferro. Dá-se, por norma, um aproveitamento dos afloramentos rochosos para a construção das mesmas e uma adaptação à topografia dos locais onde se implantam. São normalmente construídas em granito, embora mais raramente surjam também muralhas em fiadas horizontais de xisto, como no Castro de Cidadelhe (freguesia de Cidadelhe, concelho de Mesão Frio).



Figura 3: Muralha do Castelo dos Mouros (freguesia de Alfarela de Jales, concelho de Vila Pouca de Aguiar).

A estrutura defensiva dos povoados é constituída por circuitos defensivos concêntricos ou ligeiramente descentrados, podendo ter uma ou mais linhas de muralha, ou, em alternativa, várias linhas de muralha adossadas, formando patamares sucessivos, distinguindo-se também, por vezes, segmentos radiais de muralhas, como por exemplo no Castro de Lesenho (freguesia de São Salvador de Viveiro, concelho de Boticas). As muralhas serviam também como suporte de terras. Em alguns casos, nas zonas de mais fácil acesso, foram acrescentadas novas linhas de muralhas, podendo também ser complementadas com a construção de fossos e mesmo de blocos de pedras fincadas. A terra proveniente da escavação dos fossos foi muitas vezes utilizada para erigir imponentes taludes que se coligam com as muralhas reforçando, assim, a monumentalidade. É também bastante comum que na zona mais proeminente do circuito amuralhado exista um torreão, onde muitas vezes se reúnem as várias linhas de muralha, como por exemplo no Castro de Ribas (freguesia de Argeriz, concelho de Valpaços).



Figura 4: Muralha do Castro de Ribas, notando-se em cima um torreão (freguesia de Argeriz, concelho de Valpaços)

É possível que tenham uma cronologia tardia, construídas talvez a partir do século II a.C., ou seja, associadas à emergência dos *oppida* e também à complexificação social e hierarquização territorial que tem lugar na fase final da II Idade do Ferro, não nos parecendo que se possam enquadrar no período Romano. Será de notar que estas estruturas surgem quer em povoados fortificados com evidentes sinais de romanização, quer em povoados onde não se detectam quaisquer materiais romanos, se bem que os dados arqueológicos que permitam confirmar esta possibilidade são bastante escassos, exceptuando as sondagens realizadas por Teresa Soeiro (1985-86) no Muro da Pastoria (freguesia de Redondelo, concelho de Chaves), onde se detecta o mesmo tipo de muralha que aqui abordamos, apontando o século I a.C. como cronologia geral de ocupação do povoado, podendo-se mesmo recuar na mesma, mas sendo de destacar a ausência de materiais romanos, que apenas se detectam no sopé do castro e que se deverão certamente associar a um povoado de tipologia romana. Poderá considerar-se um elemento de distinção das comunidades que habitavam nesta zona. González Ruibal (2006-07) refere que a influência mediterrânica para este tipo de estruturas poderá ter sido determinante. É possível que a experiência de mercenários galaicos no Mediterrâneo lhes tenha permitido entrar em contacto com outras realidades culturais, incluindo formas de fortificação (González Ruibal 2006-07). De regresso a casa trouxeram consigo diversos elementos materiais e ideológicos das culturas urbanas do sul. A crescente diferenciação social lograda por aqueles que combateram na zona Mediterrânea deve ter favorecido a criação de redes clientelares entre os novos chefes guerreiros, que se dotaram de elementos de elevado prestígio social e guerreiro (González Ruibal 2006-07).

O paralelo mais próximo pode ser encontrado na zona ocidental de Salamanca, incluída na área dos *Vettones*, onde existe também uma concentração de castros de medianas dimensões com potentes muralhas, perfeitamente visíveis em castros como o de Yecla de Yeltes (Álvarez-Sanchís 1999). Álvarez-Sanchís (1999), na senda de Martín Valls (1998) e Salinas de Frías (2001), associa estas monumentais muralhas a uma actividade especializada de exploração e distribuição mineira nesta zona, embora também ainda faltem os dados arqueológicos necessários para corroborar em definitiva esta hipótese.

Devemos ter em conta que o rio Douro era uma via de penetração para o interior de primeira ordem, tanto pelo seu curso em si, como pelos seus caudalosos afluentes que nele desembocam, e também através das depressões tectónicas (sendo de destacar para este caso a depressão tectónica Régua-Verín), que comunicam este vale com zonas estaníferas e auríferas do interior. O rio Douro era navegável em época antiga em mais de 100 Km, até ao ponto em que podia enlaçar com a Via da



Figura 5: Pormenor da muralha do Castro de Yecla de Yeltes (Yecla de Yeltes, Salamanca).

Prata, daí que não seja de estranhar a confluência de vários elementos materiais de procedência diversa nesta região, que está particularmente bem comunicada. De destacar também os vales dos rios Ave e Cávado, enquanto eixos de comunicação entre o litoral e o interior. Nesta zona confluem, assim, desde contas de pasta vítrea de origem mediterrânica, até fíbulas zoomórficas e pedras fincadas de origem mesetenha.

Sande Lemos (1993) referia-se da seguinte forma a estes particulares sistemas defensivos “(...) a importância do aparelho defensivo seria um efeito de prestígio eventualmente relacionável com a acumulação de bens obtidos por uma economia pastoril e da produção de ouro”. O minério, em particular o ouro e o estanho, seria obtido mediante desmonte a pico em zonas onde os granitos estavam alterados; pelo bateamento das areias dos rios, sem sistemas sofisticados de retenção dos sedimentos; e através da retenção (por exemplo nos fossos dos castros) dos sedimentos por desvio de ribeiras e rios e posterior bateamento das areias, prolongando-se uma actividade mineira que remonta pelo menos ao Calcolítico.



Figura 6: Muralha do Castro do Pópulo (freguesia do Pópulo, concelho de Alijó).

As muralhas são, sem dúvida, e no que a esta zona diz respeito, o elemento mais visível e destacado do registo arqueológico e o principal modo de construção da monumentalidade relacionado com os povoados fortificados, e com os *oppida* em particular. Poderá apontar-se uma aparente função defensiva para as mesmas, embora, em certos casos, a motivação defensiva pode não ter sido a mais importante, mas sim a ostentação e exibição simbólica da força e pujança da comunidade, uma demonstração do seu alto estatuto aos estrangeiros, através da presença de muralhas bem elaboradas e de aspecto imponente (Ruiz Zapatero 2003). Esta interpretação não é incompatível com a função defensiva, uma vez que quem tinha por objectivo uma boa defesa militar também poderia recorrer à exibição de poder como uma forma de intimidação ante possíveis inimigos. Poderá também falar-se de uma delimitação do espaço doméstico, do mundo natural e cultural, embora esta seja uma hipótese quase inerente a si mesma, podendo também as muralhas actuar como referentes para as comunidades que habitavam certos castros. Todavia, será de ressaltar a possibilidade da presença de um mesmo tipo de muralha num determinado território significar uma sinalização de dife-

rentes comunidades, marcando uma espécie de fronteira entre grupos com uma diferente organização social. A arquitectura defensiva é claramente um elemento polissémico, uma ferramenta multifuncional que deverá ser entendida tendo em conta o seu contexto concreto.



Figura 7: Muralha do Castro de Lama de Ouriço (freguesia de Alvarelhos, concelho de Valpaços).

É possível que o trabalho colectivo nestas obras defensivas comunitárias possa ser encarado como um mecanismo de integração social, que permitia também mostrar a outras comunidades a força e a coesão de um determinado grupo. A muralha é a primeira construção a ser erigida nos povoados, obra realizada pela comunidade e que envolve um grande investimento de trabalho, tendo pelo menos duas dimensões interdependentes: uma externa e territorial, e outra interna e orientada para a comunidade, com um carácter isolacionista, motivada pela intensificação da produção (Sastre Prats 2002; no prelo).

Os *oppida* implantam-se em montes proeminentes e bastante conspícuos, que controlam visualmente grandes extensões de terreno e pontos-chave na paisagem,

como zonas de passagem. O tipo de assentamento faz lembrar o dos castros do Bronze Final e do Ferro I. Para além dos valores estratégicos, González Ruibal (2006-07) considera que a fundação dos *oppida* está também relacionada com uma apropriação de determinados elementos do passado, carregados de simbolismo e de memória, como os antigos castros do Bronze Final e da I Idade do Ferro, constituindo-se como lugares chave para negociar e ostentar o poder. A apropriação do passado funciona sempre como um elemento essencial na construção e legitimação das relações sociais e políticas.

O processo de “oppidização” e de “monumentalização” operou não apenas através do desaparecimento de lugares menores e respectiva concentração em unidades maiores, mas também através da fundação de novos povoados de pequenas dimensões e com uma implantação muito mais discreta na paisagem, que seguramente dependiam dos *oppida* e que poderiam, em determinados casos, ter desempenhado funções económicas especializadas.

Os chamados “castros mineiros” (à falta de melhor terminologia, pois não defendemos uma exclusiva dedicação económica destes povoados à mineração e à metalurgia) são normalmente enquadrados no século I d.C. (também pensamos que esta ideia deve ser mais aprofundada, pois a criação de castros mineiros romanos *ex novo*, pelo menos para esta zona, parece-nos algo descabida, mas não negamos que alguns possam ter continuado ocupados pelo menos uma fase inicial da dominação romana), embora nos pareça que já antes, pelo menos no que a esta área diz respeito, existissem castros especializados neste tipo de actividade económica, a par dos *oppida*. A implantação dos mesmos é condicionada pela abundância de aluviões auríferos ou estanhíferos na sua zona próxima, sendo que muitos deles se localizam junto a posteriores explorações mineiras romanas e em alguns casos foram mesmo cortados por elas. A existência de castros mineiros pré-romanos colide com a teoria dos castros segmentários (ainda que possa ser realmente aplicada a outra zona, mas nunca como sistema organizativo social de todo o NW, se bem que nenhum sistema único se possa extrapolar a todo o NW), pois sugere um grau significativo de especialização económica, além de co-existirem com *oppida*, e colide também com a teoria de que a mineração do ouro com objectivos económicos e de intercâmbio apenas surgiu em época romana com Augusto.

Este processo, como já vimos, poderá datar-se a partir de meados do século II a.C. e nada tem a ver com a “romanização”, embora a presença de Roma possa ter precipitado e favorecido este processo, bem como os contactos comerciais com o Mediterrâneo que se haviam estabelecido até à data.

Na zona litoral de Portugal e na Província de Pontevedra parece ter havido um maior investimento no espaço doméstico, havendo uma grande individualização do

mesmo, além do aparelho das vivendas ser bastante cuidado. Castros como Briteiros ou Sanfins não possuem fortificações especialmente elaboradas, as muralhas têm mesmo uma escassa potência, embora as entradas, essas sim, sejam monumentalizadas.

A complexidade e a monumentalidade das muralhas parecem independentes de um processo de proto-urbanização bastante evidente na zona litoral, onde o espaço doméstico detém uma acrescida importância social. Da mesma forma, a decoração arquitectónica, bastante abundante na zona litoral, aqui apenas existe. De facto, esta pauta é quase oposta no interior: muita inversão na construção das muralhas e espaço doméstico pouco monumentalizado. Os castros até agora escavados nesta zona, embora se deva ter em conta as limitações dos registos de escavação, parecem apontar nesse sentido. No entanto, convém ter alguma prudência em relação à ideia de um maior investimento no aparato defensivo em detrimento do espaço doméstico, dada a ausência de escavações arqueológicas sistemáticas com registos estratigráficos fidedignos.

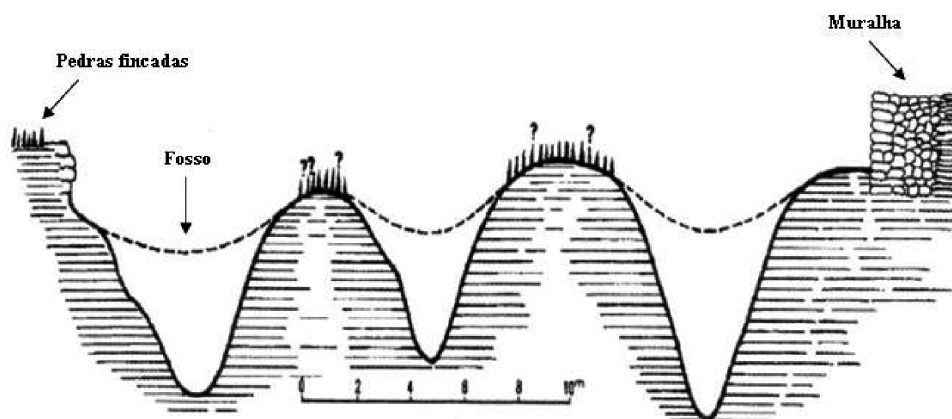


Figura 8: Perfil esquemático das defesas do Castro de Carvalhelhos (freguesia de Beça, concelho de Boticas) (Santos Júnior 1973).

Tradicionalmente, as pedras fincadas, comumente denominadas *chevaux-de-frise*, e localizadas sempre nos pontos mais acessíveis e débeis dos povoados, foram consideradas como defesas contra os ataques de cavalaria. No entanto, têm vindo a ser propostas hipóteses alternativas, como uma protecção eficaz contra o ataque de grupos a pé (Moret 1991). A cavalaria organizada como unidade de combate só aparecerá mais tarde. Na Idade do Ferro, a toma de um sítio fortificado, sem a tec-

nología bélica para destruir as muralhas, só seria possível se os atacantes conseguissem subir às muralhas com o recurso a escadas de madeira ou troncos para penetrar no seu interior (Ruiz Zapatero 2003). Ora, as pedras fincadas dificultariam em muito essa tarefa. Ruiz Zapatero (2003) considera que estas defesas normalmente não estão localizadas a mais de cinquenta metros das muralhas pelo facto de ser a distância a que os arqueiros poderiam efectuar tiros de precisão. Quanto maior for a densidade de pedras fincadas, e mesmo a altura e espessura de cada uma, mais complicado seria atravessá-las. Paradigmáticos nesta zona são os campos de pedras fincadas do Castro de Carvalhelhos (freguesia de Beça, concelho de Boticas) e do Castro de Cunhas (freguesia de Ardãos, concelho de Boticas), associados a vários fossos e muralhas. Este elemento defensivo está normalmente associado a ambientes culturais da Meseta.



Figura 9: Pormenor do campo de pedras fincadas e derrube da muralha do Castro de Cunhas (freguesia de Ardãos, concelho de Boticas).

CONCLUSÃO

As comunidades da Idade do Ferro na actual zona de Trás-os-Montes Ocidental parecem ter atribuído especial relevância às muralhas, que adquiriram uma grande monumentalidade, tendo certamente funcionado como verdadeiros dispositivos comunicacionais e referentes territoriais e identitários das populações.

Para esta área geográfica específica, poderá eventualmente considerar-se que os sistemas defensivos, e em particular as muralhas, funcionaram como um identificador e mesmo um demarcador social, pelo menos na etapa final da Idade do Ferro, face à grande individualização que têm no contexto do Noroeste Peninsular, associadas a um registo arqueológico muito específico da região. Por outro lado, na zona litoral o espaço doméstico era o principal referente social, tipicado nas “casas-pátio” (González Ruibal 2006a).

As muralhas são, sem sombra de dúvida, as construções mais visíveis e monumentais e melhor conservadas dos povoados fortificados desta zona. Todavia, não será fácil recuperar a razão e o sentido principal deste particular tipo de muralha, podendo estar associadas a um tipo específico de actividade produtiva, neste caso concreto, e em particular, a exploração e comercialização dos recursos mineiros, uma vez que esta zona é extremamente rica a este nível, materializada em época romana em extensas explorações mineiras. De destacar, também, a importância da metalurgia em alguns povoados desta zona, bem evidente no achado de grandes quantidades de escórias metálicas e de possíveis restos de fornos metalúrgicos, como no Castro de Carvalhelhos e da Pastoria (freguesia de Redondelo, concelho de Chaves), o que pode significar não apenas a extração mas também a manufactura destes elementos. É possível que a produção tivesse permitido uma acumulação de excedentes, o que por certo terá favorecido as relações de desigualdade e fomentado o intercâmbio supra-regional. Contudo, será de realçar que tal não passa, de momento, de uma hipótese, sendo necessário aprofundar-se uma série de questões relacionadas com a arqueomineração e a arqueometalurgia e mesmo com as redes de intercâmbio, propondo-se uma visão mais global e precisa dos sistemas económicos e sociais dos castros, não sendo suficiente constatar-se a riqueza mineira da zona. É necessário dar sentido a essa exploração no seu contexto social e económico.

A construção de fortificações mais ou menos monumentais respondeu às necessidades socio-económicas de cada área específica, tendo em conta a demanda de protecção dos materiais de prestígio e/ou matérias-primas.

Da mesma forma que possam ter existido diferentes tipos de organização social no Noroeste Peninsular, também a guerra e as fortificações devem ser analisadas tendo em conta o seu contexto específico, e cuja significação poderá variar de região para região.

O registo arqueológico reflecte a sociedade que o criou, pelo que todos os tipos de evidências arqueológicas devem ser entendidas como factos sociais (Hill 2006). A arquitectura reproduz o padrão de racionalidade de uma sociedade, gerando uma estrutura espacial que reflecte uma determinada lógica social, pelo que as muralhas não se reduzem a um mero objecto arquitectónico, sendo sim uma entidade material com um acrescido valor social (Ayán Vila 2005).

A variedade do registo arqueológico correspondente à etapa final da Idade do Ferro indica que existiram um conjunto de diferentes organizações sociais, podendo partilhar ou não um conjunto de características e podendo ser mais ou menos hierárquicas, ou não o ser de todo (Hill 2006). Como afirmou Collis (1994) “I also find terms such as “chiefdom”, “complex chiefdom” or “state” useful for at least signaling the complexity of the social configurations that are under study. But we must be aware of other sorts of configurations - are there any European equivalents, for instance, of the segmentary societies found in Africa?”.

Existe um actual consenso nas ciências sociais de que o espaço doméstico é o lugar chave onde ocorrem as distinções mais acentuadas de status, género e classe (Hill 2006). Desta forma, talvez possamos falar para a zona litoral de uma organização social dividida e complexa, dado o grande destaque que o espaço doméstico possui. Em relação à zona que nos ocupa, não nos atrevemos a afirmar se esta organização social seria de tipo dividido, ou pelo contrário de tipo segmentário. Talvez uma situação intermédia seja a mais correcta. Alguns elementos nesta zona apontam para um acentuada complexidade social, como as estátuas de guerreiros galai-cos, a ourivesaria proto-histórica, ou mesmo os *oppida* e respectivas estruturas defensivas, em particular as muralhas. No entanto, é possível que a elite dirigente, que possivelmente controlava e redistribuía a produção, estivesse associada a uma ideologia comunitária, manifestada no investimento em construções monumentais justamente de cariz comunitário como as que aqui se abordam (Sastre Prats 2002). Diferentes tipos de sociedade co-existiram na etapa final da Idade do Ferro, mesmo no Noroeste Peninsular. Esta zona geográfica está incluída na área dos grandes *oppida* do Noroeste Peninsular, em intrínseca relação com os castros litorais e os pré-litorais, mas também com outras zonas. O tamanho médio dos *oppida* desta área ronda os 3 hectares. É uma região com uma especificidade própria, bem comunicada e bem definida em termos geomorfológicos, caracterizando-se como sendo periférica e liminal, para onde confluem vários elementos culturais de procedência diversa. Será também bastante interessante aplicarem-se e desenvolverem-se conceitos antropológicos do tipo de transculturalismo e hibridação para esta área².

² Comentário pessoal de Alfredo González Ruibal.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMAGRO GORBEA, M. 1997. “Guerra y Sociedad en la Hispania Celtica”, *La Guerra en la Antigüedad. Una aproximación al origen de los Ejércitos en Hispania*, Madrid, 207-21.
- ALONSO, N.; JUNYENTE, E.; LAFUENTE, A.; LÓPEZ, J. B. (eds.) 2003. *Chevaux-de-frise i fortificació en la Primera Edat del Ferro Europea*. Lleida: Universitat de Lleida.
- ÁLVAREZ-SANCHIS, J. R. 1999. *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- AYÁN VILA, X. 2005. “Arquitectura Doméstica y Construcción del Espacio Social en la Edad del Hierro del NW”, *Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final y Edad del Hierro en la Península Ibérica* (publicado en cd).
- BAQUEDANO BELTRÁN, M.^a; CABRÉ DE MORÁN, E. 1997. “Caudillos Celtas y Armamento de Parada”, *La Guerra en la Antigüedad. Una aproximación al origen de los Ejércitos en Hispania*, Madrid, 261-69.
- BERROCAL RANGEL, L. 2004. “La Defensa de la Comunidad: sobre las Funciones Emblemáticas de las Murallas Protohistóricas en la Península Ibérica”, *Gladius*, XXIV, Madrid, 27-98.
- BERROCAL RANGEL, L.; MORET, P. (eds.) 2007. *Paisajes fortificados en la Edad del Hierro. Las murallas Protohistóricas de la Meseta y la vertiente Atlántica en su contexto europeo*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- BLAS CORTINA, M. A.; VILLA VALDÉS, A. (eds.) 2002. *Los Poblados fortificados del Noroeste de la Península Ibérica: Formación y desarrollo de la Cultura Castreña*. Navia.
- CABRÉ DE MORÁN, E.; BAQUEDANO BELTRÁN, M.^a 1997. “El Armamento Celtico de la II Edad del Hierro”, in *La Guerra en la Antigüedad. Una aproximación al origen de los Ejércitos en Hispania*, Madrid, 240-59.
- CAMINO MAYOR, J. 2000. “Las Murallas Compartimentadas en los Castros de Asturias: Bases para un Debate”, *Archivo Español de Arqueología*, 73, Madrid: CSIC, 27-42.
- CARMAN, J.; HARDING, A. (eds.) 1999. *Ancient Warfare. Archaeological Perspectives*. London.
- CERDEÑO SERRANO, M.^a L. 1997. “Sistemas Defensivos en el ambito Celta Peninsular”, *La Guerra en la Antigüedad. Una aproximación al origen de los Ejércitos en Hispania*, Madrid, 231-39.
- CLASTRES, P. 2001. *Investigaciones en Antropología Política*. Barcelona: Gedisa.
- CLASTRES, P. 2003. *A Sociedade contra o Estado*. Cosac & Naify.
- CLASTRES, P. 2004. *Arqueología de la Violencia: La Guerra en las Sociedades Primitivas*. Fondo de Cultura Economica.
- COLLIS, J. 1993. “Structures d’Habitat et Enceintes de l’Age du Fer”, A. Daubigney (ed.), *Fonctionnement Social de l’Age du Fer. Operateurs et Hypothèses pour la France*, Lons-le-Saunier, 231-38.
- COLLIS, J. 1994. “Reconstructing Iron Age society”, K. Kristiansen; J. Jensen (eds.), *Europe in the first millenium B.C.*, Sheffield: Sheffield Academic Press, 31-39.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M.^a D.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. 1998. “Las Comunidades Campesinas en la Cultura Castreña”, *Trabajos de Prehistoria*, 55(2), Madrid, 127-50.

- FINNEY, J. B. 2006. *Middle Iron Age Warfare of the Hillfort Dominate Zone c.400BC to c.150BC*. BAR International Series 423.
- FONTE, J.; GONZÁLEZ RUIBAL, A. (no prelo). “Duas Ombreiras Decoradas “Castrejas” oriundas do Alto do Castelo (Salto, Montalegre). Influências Mediterrânicas e Complexificação Social na Segunda Idade do Ferro do Noroeste Peninsular”, *Revista de Guimarães*. Guimarães.
- FREIRE, J. 2005. “Weaponry, Statues and Petroglyphs: the Ideology of War in Atlantic Iron Age Iberia”, M. Parker Pearson, I. J. N. Thorpe, *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*, BAR International Series 1374, 195-200.
- GARCÍA HUERTA, M.^a 1997. “La Guerra entre los Pueblos Célticos: las Fuentes Literarias Greco-latinas”, *La Guerra en la Antigüedad. Una aproximación al origen de los Ejércitos en Hispania*, Madrid, 223-29.
- GONZÁLEZ GARCÍA, F. J. 2006. “El Noroeste de la Península Ibérica en la Edad del Hierro: ¿una Sociedad Pacífica?”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. LIII, nº 119, Santiago de Compostela: CSIC, 131-55.
- GONZÁLEZ GARCÍA, F. J. (no prelo). “La Guerra en la Gallaecia Antigua: del guerrero tribal al soldado imperial”, *Semata*, 19.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. 2004. “Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the NW of Iberia”, *Oxford Journal of Archaeology*, 23(3), 287-317.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. 2005. “El Castro de Saceda y la Jerarquización Territorial de la Segunda Edad del Hierro en el Noroeste Ibérico”, *Zephyrus*, LVIII, Salamanca, 267-84.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. 2006a. “House Societies vs. Kinship-Based Societies: An Archaeological Case from Iron Age Europe”, *Journal of Anthropological Archaeology*, 25, 144-73.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. 2006b. “Past the last outpost. Punic merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st c. BC)”, *Journal of Mediterranean Archaeology*, 19(1), 121-150.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. 2006-07. *Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)*, *Brigantium*, 18-19. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.
- GRACIA ALONSO, F. 2003. *La Guerra en la Protohistoria. Héroes, Nobles, Mercenarios y Campesinos*. Barcelona: Ariel.
- HAMILTON, S.; MANLEY, J. 2001. “Hillforts, Monumentality and Place: a Chronological and Topographic Review of First Millennium BC Hillforts of South-East England”, *European Journal of Archaeology*, 4(1), 7-42.
- HARBISON, P. 1968. “Castros with “Pedras Fincadas” in Trás-os-Montes”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 20: 3-4, Porto, 385-89
- HILL, J. D. 1995. “How should we understand Iron Ages Societies and Hillforts? A Contextual Study from Southern Britain”, J. D. Hill, C. G. Cumberpatch (eds.), *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age in Temperate Europe*, Sheffield, 45-66.
- HILL, J. D. 2006. “Are we any closer to understanding how Iron Age Societies worked (or did not work)?”, C. Haselgrove (dir.), *Celts et Gaulois, l'Archéologie face à l'Histoire*, 4: les mutations de la fin de l'Âge du Fer, Glux-en-Glenne: Bibracte, Centre Archéologique Européen, 169-79.
- KEELEY, L. H. 1996. *War before civilisation*. New York & Oxford.

- KEELEY, L. H.; FONTANA, M.; QUICK, R. 2007. "Baffles and Bastions: the Universal Features of Fortifications", *Journal of Archaeological Research*, 15, 55-95.
- KRISTIANSEN, K. 1999. "The Emergence of Warrior Aristocracies in Later European Prehistory and their long term History", J. Carman, A. Harding, *Ancient Warfare. Archaeological Perspectives*, London, 175-89.
- LEMOS, F.S. 1993. *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental* (Dissertação de Doutoramento). Braga: Universidade do Minho.
- LÉVI-STRAUSS, C. 2004. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus.
- LORRIO, A. 1993. "El Armamento de los Celtas Hispanos", M. Almagro Gorbea (dtor.), *Los Celtas: Hispania y Europa*, Madrid, 285-326.
- MARTÍN VALLS, R. 1998. "La Edad del Hierro", M. Salinas de Frías (coord.), *Historia de Salamanca I. Prehistoria y Edad Antigua* (2ª ed.), Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos, 123-217.
- MORET, P. 1991. "Les Fortifications de l'Âge du Fer dans la Meseta Espagnole: Origine et Diffusion des Techniques de Construction", *Melange de la Casa de Velásquez*, XXVII (1), 5-43.
- MOORE, T. 2007. "Perceiving Communities: Exchange, Landscapes and Social Networks in the Later Iron Age of Western Britain", *Oxford Journal of Archaeology* 26 (1), 79-102.
- OSGOOD, R. 1998. *Warfare in the Late Bronze Age of Northern Europe*. BAR International Series 694.
- PARCERO OUBIÑA, C. 2002. *La Construcción del Paisaje Social en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico*. Ortigueira: Ortégala, Monografías de Arqueología, Historia e Patrimonio.
- PARCERO OUBIÑA, C. 2005. "Variaciones en la Función y el Sentido de la Fortificación a lo largo de la Edad del Hierro en el NO de la Península Ibérica", *Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final y Edad del Hierro en la Península Ibérica* (publicado em cd).
- QUEIROGA, F. R. 2003. *War and Castros. New Approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*. BAR International Series 1198.
- RALSTON, I. 2006. *Celtic Fortifications*. NPI Media Group.
- REDENTOR, A. 2000. "Povoados Fortificados com Pedras Fincadas em Trás-os-Montes", *Conímbriga*, 39, Coimbra, 5-51.
- REDENTOR, A. 2003. "Pedras Fincadas em Tras-os-Montes (Portugal)", Natalia Alonso, Emili Junyent, Angel Lafuente, Joan B. López (coord.), *Chevaux-de-frise i Fortificació en la Primera Edat del Ferro Europea*, Lleida, 135-54.
- RUIZ ZAPATERO, G. 2003. "Las Fortificaciones de la Primera Edad del Hierro en la Europa Templada", N. Alonso; E. Junyente; A. Lafuente; J. B. López (eds.), *Chevaux-de-frise i Fortificació en la Primera Edat del Ferro Europea*, Lleida, 13-34.
- SALINAS DE FRÍAS, M. 2001. *Los Vettones. Indigenismo y romanización en el occidente de la meseta*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- SÁNCHEZ-MORENO, E. 2005. "Warfare, Redistribution and Society in Western Iberia", M. Parker Pearson, I. J. N. Thorpe, *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*, BAR International Series 1374, 107-125.

- SANTOS JÚNIOR, J. R. 1973. “As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (3), Porto, 207-19
- SANTOS JÚNIOR, J. R. 1989. “Notável Ouriçado de Pedras Fincadas no Castro de Cunhas - Ardãos - Boticas”, *Boletín Auriense*, 18-19, Ourense, 73-8.
- SASTRE PRATS, I. 2002. “Forms of Social Inequality in the Castro Culture of North-West Iberia”, *European Journal of Archaeology*, 5, 213-248.
- SASTRE PRATS, I. 2004. “Los procesos de la complejidad social en el Noroeste Peninsular: Arqueología y Fuentes Literarias”, *Trabajos de Prehistoria*, 61, nº 2, 99-110.
- SASTRE PRATS, I. (no prelo). “Community, identity and conflict: warfare in the Iron Age of North-western Iberian Peninsula”, *Current Anthropology*.
- SILVA, A. C. F. 1986. *A Cultura Castreja do Norte de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. F. 2003. “Expressões guerreiras da sociedade castreja”, *Madriener Mitteilungen*, 44, 41-50.
- SILVA, A. C. F. 2007. “A evolução do sistema defensivo castrejo no Noroeste peninsular”, L. Berrocal Rangel; P. Moret, (eds.), *Paisajes fortificados en la Edad del Hierro. Las murallas Protohistóricas de la Meseta y la vertiente Atlántica en su contexto europeo*, Madrid: Real Academia de la Historia, 99-111.
- SOEIRO, T. 1985-86. “Muro da Pastoria, Chaves – Campanha de Escavação de 1982-83”, *Portugália*, nova série, VI/VII, Porto, 21-8.